


# Para Amazônia, governo Bolsonaro teve efeito devastador de um El Niño

 [piaui.folha.uol.com.br/para-amazonia-governo-bolsonaro-teve-efeito-devastador-de-um-el-nino](https://piaui.folha.uol.com.br/para-amazonia-governo-bolsonaro-teve-efeito-devastador-de-um-el-nino)

Depois de lançar um alerta preocupante no ano passado ao mostrar que partes da Amazônia já emitem mais carbono do que absorvem, um grupo de pesquisadores revela agora que a situação piorou ainda mais nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro. O novo estudo mostra que em 2019 e 2020, por causa do avanço do desmatamento e das queimadas, as emissões de carbono da região dobraram em relação à média observada entre 2010 e 2018.

Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (19), em formato de pré-print (ainda sem avaliação de outros cientistas), após serem submetidos à revista científica *Nature*, na qual o artigo ainda está em revisão. Foi o mesmo periódico inglês que publicou o trabalho original, em julho de 2021.

O trabalho, liderado pela química Luciana Gatti, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), buscou avaliar como a devastação da Amazônia e o desmantelamento das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro impactaram a capacidade da região de funcionar como um sumidouro de carbono, ou seja, de retirar mais carbono da atmosfera do que de emitir. Quando faz fotossíntese – o processo pelo qual as plantas se alimentam –, a floresta absorve carbono e o armazena em suas folhas, troncos e raízes. Mas quando ela é derrubada e cortada, todo esse carbono armazenado acaba sendo jogado de volta na atmosfera, piorando o aquecimento global.

A maior floresta tropical do planeta é considerada crucial nos esforços para o combate às mudanças climáticas justamente por ser capaz de retirar da atmosfera o gás carbônico que está lá em excesso por causa das atividades humanas. Mas o desmatamento observado nas últimas décadas, principalmente na porção Leste da Amazônia, já começou a abalar essa capacidade, como mostrou o estudo do ano passado.

A pesquisa publicada em 2021 tinha analisado os dados de fluxo de carbono até 2018. Agora o trabalho foi atualizado, trazendo medições de emissões dos anos de 2019 e 2020. No primeiro ano da gestão Bolsonaro, marcado pela retomada do desmatamento e de fortes queimadas que atraíram críticas em todo o mundo, as emissões de carbono na Amazônia aumentaram 89%. Em 2020, a alta foi de 122% – sempre em comparação com a média de emissões registrada entre 2010 e 2018.

Segundo os pesquisadores, as emissões de carbono da Amazônia nesse período foram comparáveis ao estrago causado em 2010 e 2015/16 pelo El Niño, fenômeno de aquecimento das águas do Pacífico que torna a Amazônia mais seca e, portanto, mais inflamável. A diferença principal é que as altas emissões de 2019 e 2020 foram provocadas basicamente por ação humana, visto que nesses dois anos não foi verificada nenhuma condição climática extrema que justificasse essa elevação.

Durante o governo Bolsonaro houve uma alta nos crimes ambientais. A taxa média de desmatamento observada nos nove anos anteriores foi de cerca de 6,3 mil km<sup>2</sup>. Em 2019 saltou para 10,1 mil km<sup>2</sup> e, em 2020, para 10,9 mil km<sup>2</sup>, de acordo com dados do sistema Prodes, do Inpe, que fornece a taxa anual de desmatamento da Amazônia. O estudo considera uma área um pouco diferente do Prodes. Assim, para os cálculos de emissões, foi usada como referência uma alta de 79% no desmatamento em 2019 e de 74% em 2020, em relação à média de 2010 a 2018. Já a área de floresta queimada subiu 14% e 42%, respectivamente.

O combate ao desmatamento, por outro lado, caiu. Os pesquisadores destacam uma redução de até 54% na aplicação de multas por crimes ambientais e de até 89% no pagamento das multas. “Agora temos uma situação política que tem um efeito similar a um fenômeno de escala planetária que é o El Niño. Vemos esse resultado com relação direta com o desmonte das políticas públicas ambientais”, comentou o pesquisador Raoni Rajão, também autor do estudo. Ele e colegas da Universidade Federal de Minas Gerais colaboraram no trabalho com a análise do desmonte das políticas públicas de combate ao desmatamento.

Gatti destaca que um dos motivos para o aumento das emissões nesses dois anos é que a região Oeste da Amazônia, que na pesquisa publicada no ano passado tinha aparecido como neutra, nos anos de 2019 e 2020 emitiu mais carbono do que absorveu. O dado foi visto como mais um alerta preocupante de que a Amazônia está sofrendo mais do que se imaginava anteriormente. O lado ocidental, historicamente, foi menos desmatado. Enquanto o Leste perdeu 27% da cobertura original, o Oeste perdeu 11%.

A hipótese é de que a alta das emissões do lado Oeste ocorreu porque o desmatamento subiu especialmente no Sul do Amazonas, onde ficam cidades como Apuí e Lábrea, que têm sido alvo de uma expansão da fronteira agrícola. Em 2021 o estado passou a ser o segundo mais desmatado em toda a região, ultrapassando o Mato Grosso, fato que deve se repetir agora em 2022. Mas a alta vem se delineando desde 2019. “Nossa hipótese é de que as consequências do colapso na fiscalização levaram ao aumento do desmatamento, queima de biomassa e degradação, produzindo perdas líquidas de carbono e aumentando a seca e o aquecimento das regiões florestais”, escrevem os autores no artigo.

Assim como no trabalho anterior, os pesquisadores calcularam o impacto do desmatamento na temperatura local e no nível de chuva. Em 2020 houve redução de 12% na precipitação anual – queda que se concentrou principalmente durante a estação úmida. Janeiro, fevereiro e março tiveram 26% menos chuva. Já a temperatura subiu 0,6°C nesse período. “Esse dado me chocou bastante, porque no estudo anterior a gente tinha visto um impacto de redução de chuva somente na estação seca, tornando-a mais quente, seca e longa. A Amazônia já estava numa situação muito difícil e piorou quando assumiu essa turma que entrou na Amazônia como uma nuvem de gafanhoto”, disse Gatti, em referência à gestão Bolsonaro.

“O primeiro alerta é que as emissões dobraram com essa liberação do desmatamento promovida por Ricardo Salles (ex-ministro do Meio Ambiente) e por Bolsonaro. O segundo é que o lado Oeste, que era mais neutro – ou seja, onde a absorção de carbono pela floresta compensava as emissões humanas – e mais preservado, também está emitindo carbono. O terceiro alerta é que a estação chuvosa também está começando a mudar. É urgente decretar estado de emergência para a Amazônia, uma moratória para o desmatamento”, defende a pesquisadora.

“Estamos causando grandes alterações, e a possibilidade de a Amazônia atingir o ponto de não retorno é cada vez maior”, diz Gatti, em referência às estimativas de que, a partir de um determinado limiar de desmatamento, a região pode perder as suas funções de floresta tropical – principalmente a capacidade de produzir chuva e absorver carbono – e ficar mais parecida com o nosso Cerrado. “Estamos investindo no colapso climático no Brasil. A ideia de transformar o país em fazenda do mundo vai falir com o Brasil. Vamos destruir a maior vantagem brasileira, além de acelerar as mudanças climáticas”, complementa.

Além de Gatti e Rajão, assinam o trabalho outros 28 pesquisadores de oito instituições brasileiras e estrangeiras, como o climatologista Carlos Nobre, da USP, pioneiro nos estudos sobre o risco do chamado *tipping point*, o ponto de não retorno da floresta, Britaldo Soares-Filho, da UFMG, e Claudio Almeida, que coordena o monitoramento do desmatamento, e Alberto Setzer, de queimadas – ambos do Inpe.

Giovana Girardi

Jornalista especializada em ciência e meio ambiente, apresenta o podcast *Tempo Quente*, da Rádio Novelo